



## Plenário deve votar hoje IPI sobre xarope de refrigerante

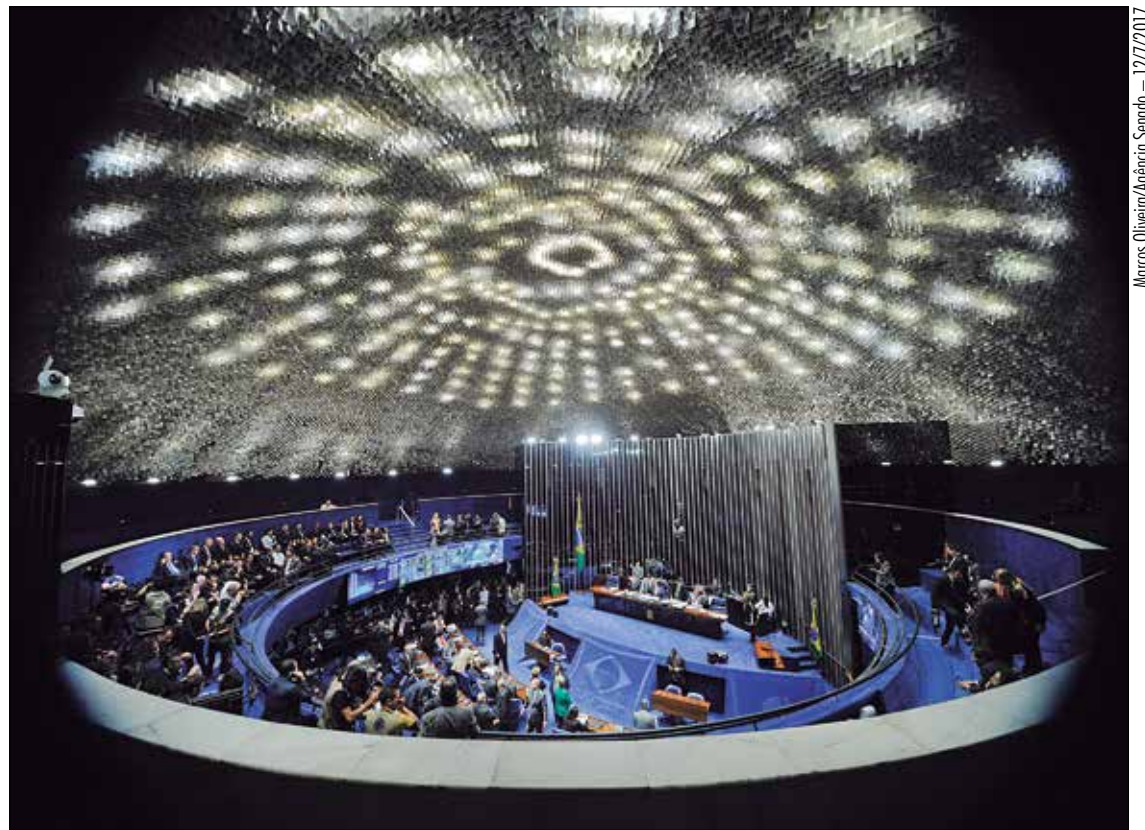
Projeto dos senadores do Amazonas susta alteração que o governo fez na alíquota do imposto. Também estão na pauta acordos externos e textos sobre rádios comunitárias e o Simples Nacional

O Plenário deve votar hoje projeto de decreto legislativo, apresentado pelos três senadores do Amazonas — Omar Aziz, Eduardo Braga e Vanessa Grazziotin —, para sustar decisão do governo que reduziu de 20% para 4% a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente no xarope usado na produção de refrigerantes.

Os senadores amazonenses alegam que a decisão do Executivo prejudica as empresas instaladas na Zona Franca de Manaus, que têm tratamento tribu-

tário diferenciado garantido pela Constituição. Segundo o governo, o decreto corrigiu uma distorção: o IPI anterior sobre o xarope (20%) era maior que o sobre o refrigerante (4%).

Também estão na pauta oito acordos internacionais, projeto que permite a readmissão de microempreendedores individuais excluídos do Simples Nacional até 1º de janeiro e a proposta que aumenta a potência das rádios comunitárias de 25 watts para até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, como ocorre hoje. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017

O primeiro item da pauta do Plenário é o projeto que susta decisão que reduziu IPI que incide sobre xarope de refrigerante



Gerardo Menezes/Agência Senado

Cacique da Aldeia Serra do Padeiro, na Bahia, Babau Tupinambá protesta contra a paralisação da demarcação

### Colegiado ajudará em demarcação de reservas

A conclusão da demarcação de terras dos povos tupinambá, na Bahia, e krahô-kanela, no Tocantins, foi a principal reivindicação dos representantes indígenas em audiência

pública na Comissão de Direitos Humanos ontem. Presidindo o debate, Hélio José informou que o colegiado vai realizar gestões políticas para atingir o objetivo. **3**

### Tensões que geram insegurança mundial são difusas, afirma Lafer

O embaixador Celso Lafer disse, em audiência na Comissão de Relações Exteriores, que a multipolaridade e as tensões difusas pelo mundo são hoje as

principais causas da insegurança internacional. Ele citou como exemplos o terrorismo, os refugiados e a política de Trump nos Estados Unidos. **2**



Roque de Sá/Agência Senado

Embaixador Celso Lafer e Fernando Collor discutem causas de tensão mundial



Jefferson Rudy/Agência Senado

Marcelo Cordeiro, vice-presidente do conselho, e Murillo de Aragão, presidente

### Conselho de Comunicação avaliará projetos sobre rádios comunitárias

Três projetos relacionados a rádios comunitárias serão analisados pelo Conselho de Comunicação Social do Congresso. Entre eles, estão

o que permite a venda de publicidade pelas emissoras e o que aumenta o limite de potência de transmissão e altera o número de canais. **2**



### Brasil precisa de lei de proteção a dados pessoais, dizem especialistas



Bruno de los Santos Fortuna/ Fotos Públicas

Em 2017, 70,5% das residências brasileiras estavam conectadas à internet

Projeto que regula o uso de dados pessoais por instituições públicas ou privadas foi aprovado em comissão na semana passada e enviado ao Plenário em regime de urgência. Especialistas e representantes da sociedade defenderam a aprovação rápida do texto sem modificações. O Brasil ainda não possui lei específica sobre o assunto. **4**



# Para embaixador, tensões difusas geram insegurança

Ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer citou o terrorismo, os refugiados e a política dos Estados Unidos de não aceitar acordos como exemplos de tensões globais deste momento internacional

A MULTIPOLARIDADE E as tensões difusas pelo mundo são hoje as principais causas da insegurança internacional, afirmou ontem o embaixador Celso Lafer, ex-ministro das Relações Exteriores, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Como exemplos de tensões, ele citou o terrorismo, os refugiados e a política do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de colocar em primeiro lugar os interesses do seu país e rejeitar a participação em acordos globais.

O embaixador explicou que atualmente não há uma tensão dominante como na época da Guerra Fria. As tensões mais graves são relacionadas à nova distribuição da constituição do poder dos Estados e à multipolaridade, com a emergência da China e o deslocamento da importância econômica do Atlântico para o Pacífico.

— A insegurança internacional tem como plano de fundo essa disjunção entre ordem e poder, a incapacidade de uma ação conjunta geradora de poder suficiente para tornar realizável uma ordem mundial mais previsível e mais estável,



Ex-ministro Celso Lafer e senador Collor debatem insegurança internacional

o que, por sua vez, tem como nota explicativa a prevalência de múltiplas tensões internacionais — explicou.

## Terrorismo

Para Lafer, o terrorismo é uma das vertentes atuais da insegurança internacional. A violência, explicou, destrói o poder de construir uma nova ordem mundial e traz uma dificuldade de vencer dois desafios diplomáticos: encontrar interesses comuns e compartilháveis e administrar a diversidade cultural e os conflitos de valores.

Na América Latina, as tensões de equilíbrio são meno-

res, avalia. Como exemplo de tensão local que afeta o Brasil, ele citou a crise na Venezuela.

— O tema dos refugiados, os expelidos da trindade Estado-povo-território, é um dos mais graves e dramáticos problemas da vida internacional dos nossos dias. É uma das grandes tensões do mundo — afirmou.

Fernando Collor (PTC-AL), presidente da CRE, disse que os diplomatas brasileiros são os mais preparados do mundo e que os debates promovidos pela comissão, com a prática da diplomacia parlamentar, podem contribuir para estreitar os laços diplomáticos com outras nações.

## Elmano Férrer faz balanço de sua atuação parlamentar

Ao fazer ontem um balanço das suas atividades no primeiro semestre deste ano, Elmano Férrer (Pode-PI) destacou sua atuação para aumentar a segurança pública. Ele é autor de um projeto que cria o inquérito policial eletrônico e de outro que vincula o livramento condicional, a suspensão condicional da pena e a progressão de regime de pessoas condenadas à coleta de material biológico para o bancos de perfis genéticos.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Collor condena projeto que flexibiliza uso de agrotóxicos

Fernando Collor (PTC-AL) criticou o projeto que muda as regras de registro, fiscalização e controle do uso de agrotóxicos, já aprovado em comissão na Câmara dos Deputados.

A proposta dá ao Ministério da Agricultura a competência para liberar a comercialização de tais produtos no país antes que o Ibama e a Anvisa concluam análise do registro. Para o senador, esse projeto esvazia os princípios do Código de Defesa do Consumidor e coloca em risco a saúde dos brasileiros para privilegiar o lucro das empresas.

## Rudson classifica Nicolás Maduro de ditatorial e perverso

Rudson Leite (PV-RR) chamou a atenção para a crise humanitária que os imigrantes venezuelanos vivem em Roraima. Ele classificou o regime de Nicolás Maduro como “ditatorial e perverso” e avaliou que Boa Vista sofre um inchaço populacional e um agravamento do déficit nos serviços sociais com a entrada de milhares de cidadãos do país vizinho.

— Mesmo com todos esses problemas, a cidade e a população seguem firmes.



Waldemir Borretto/Agência Senado

## Conselho vai analisar propostas voltadas às rádios comunitárias

O Conselho de Comunicação Social (CCS) vai analisar três proposições relacionadas a rádios comunitárias, entre elas o projeto que permite o custeio das emissoras por venda de publicidade (PLS 55/2016). Do ex-senador Donizeti Nogueira, o projeto está na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Já o PLS 513/2017, de Hélio José (Pros-DF), altera o limite de potência de transmissão e a quantidade de canais designados para as rádios comunitárias. O texto está em análise no Plenário.

Também de Hélio José, o PLS 410/2017 dispensa a arrecadação de direitos autorais pela veiculação de músicas pelas rádios comunitárias. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O CCS também apresentou parecer favorável ao PL 5.130/2016, que busca impedir que decisões judiciais suspendam o funcionamento de aplicativos de internet.

O conselho decidiu ainda que não vai se pronunciar sobre o PLC 53/2018, que regulamenta a proteção de dados pessoais.

## Tentativa de soltar Lula mostra caos institucional, diz Cristovam

A tentativa de soltura do ex-presidente Lula é um sinal do caos institucional brasileiro e da falta de credibilidade das autoridades da República, disse Cristovam Buarque (PPS-DF). Ele atacou o que considera politização das decisões do Judiciário e ressaltou que a



desconfiança da população atinge todos os Poderes.

— Vimos juízes politizando questões que deviam ser jurídicas. É inacreditável. Estamos perdendo a confiança no Poder Judiciário também.

O senador também cobrou ampla reforma política.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI BR-319**  
9h Debate sobre obras na BR-319.
- CAE Exame da OAB**  
10h Entre 10 itens, o PLS 188/2010, que estabelece prazo para o exame da OAB.
- CE Biometria em estádios**  
11h O PLS 272/2017, que obriga catraca biométrica em estádios, é um dos 18 itens.

- CMA Descarte de lixo**  
11h Entre 11 itens, o PLC 169/2017, que proíbe descarte de lixo em lugar público.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**  
14h Na pauta, projetos de decreto legislativo sobre a tabela de incidência do IPI.
- MP 840/2018 Cargos na segurança**  
14h30 Análise de relatório.

Previsão atualizada às 18h30 de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

## SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

## SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burlé  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.



# IPI sobre insumo de refrigerante está na pauta

Plenário deve votar projeto que susta mudança de alíquota de imposto sobre bebida. Também podem ser votados acordos e textos sobre Simples Nacional e rádios comunitárias

O PRIMEIRO ITEM da pauta de votações do Plenário hoje é o projeto de decreto legislativo que susta o decreto presidencial que alterou a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente no extrato concentrado (xarope) usado na produção de refrigerantes. A sessão do Plenário está marcada para as 14h.

O PDS 57/2018 é de autoria dos senadores pelo Amazonas e tem por objetivo cancelar o Decreto 9.394, editado em maio, que reduziu a alíquota do IPI de 20% para 4%. O problema é que o produto final, que é o refrigerante, também é tributado em 4%. A diferença existente antes do decreto gerava créditos na apuração do IPI pelas indústrias.

O governo alega que o incentivo foi apenas reduzido para melhorar o equilíbrio fiscal e que o decreto corrigiu uma distorção: a carga sobre o insumo (20%) era maior do que sobre o produto final (4%). Mas os senadores amazonenses Omar Aziz (PSD), Eduardo Braga (MDB) e Vanessa Grazziotin (PCdoB) argumentam que o decreto prejudica o estado do Amazonas por interferir na Zona Franca de Manaus ao diminuir incentivos fiscais.

O assunto divide até mesmo entida-



Vanessa, Omar e Braga apresentaram o texto para sustar a alteração do IPI feita pelo governo

des representantes do setor, como ficou evidenciado em audiência pública realizada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Os representantes dos fabricantes regionais acusam os grandes produtores, como Coca-Cola e Ambev, de usarem as fábricas de concentrados no Amazonas para distribuir descontos na forma de compensação fiscal nas suas filiais pelo Brasil. Segundo eles, há concorrência desleal com empresas instaladas longe de Manaus que não têm acesso a esse crédito tributário.

Também está na pauta do Plenário o PLC 76/2018, que permite a readmissão dos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, excluídos do regime especial em 1º de janeiro por dívidas tributárias, ao Simples Nacional.

O projeto foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e ganhou urgência para votação no Plenário após pedido do senador José Pimentel (PT-CE), relator da proposta na comissão.

Pode ser concluída ainda a votação

do PLS 188/2014, do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que autoriza a o governo a tornar públicos os nomes de todos os beneficiários de renúncias de receitas da União.

Benefícios como anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção e alteração de alíquota ou base de cálculo que implique redução de tributos ou contribuições são classificados como renúncia de receita. Em 2018, esse gasto indireto pode alcançar R\$ 283,4 bilhões, o equivalente a 4% do produto interno bruto (PIB).

## Acordos

Oito acordos internacionais sobre serviços aéreos também estão na pauta. Entre eles, o PDS 26/2018 que ratifica o acordo entre Brasil e México, assinado em maio de 2015, que confere privilégios para as companhias aéreas de ambas as nações nas operações de pouso ou sobrevoos.

Outra proposta na pauta do Plenário é o PLS 513/2017, do senador Hélio José (Pros-DF), que aumenta a potência das rádios comunitárias de 25 watts para até 300 watts, com três canais designados, em vez de um, para as rádios que atendem uma comunidade, bairro ou vila.

## Comissão quer demarcar reservas tupinambá e krahô-kanela

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai realizar gestões políticas para concluir demarcação de terras reivindicadas pelos povos tupinambá, na Bahia, e krahô-kanela, em Tocantins. A informação foi dada por Hélio José (Pros-DF) ontem durante audiência com representantes dos índios, da Funai e do Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

O cacique Babau Tupinambá disse que nos últimos 2 anos mais de 30 lideranças foram assassinadas no sul da Bahia, sem que nenhum dos casos ganhasse divulgação na mídia ou investigações por parte das autoridades policiais.

O representante do Cimi, Haroldo Heleno, apoiou a fala do cacique.

— A Polícia Federal esteve na aldeia deles com 2 helicópteros e mais de 180 agentes. Passaram um dia inteiro violando os mais elementares direitos

daquele povo, e no fim do dia apreenderam um podão usado na derrubada de cacau e uma faca usada no corte de mandioca, que definiram como “armas de grande poder letal”.

Já os krahô-kanela reivindicam a ampliação do território

onde hoje vivem, em Lagoa da Confusão (TO).

O representante da Funai, Georthon Brito, disse que o processo precisa ser retomado com urgência, uma vez que a área é a única ainda não devastada naquela região.

— Nos arredores há 16 empreendimentos do agropênjcio sem nenhum estudo de impacto ambiental, que inclusive alagam na maior parte do ano as terras que são hoje dos krahô-kanela.

A retomada da demarcação da reserva poderia diminuir os conflitos pela posse de terra e barrar a devastação ambiental, no entender de outra representante do Cimi, Laudovina Pereira.

Em relação a essa área, a CDH vai acionar o Ministério da Justiça, o Incra e a direção nacional da Funai na busca de uma solução, explicou Hélio José.



Representantes indígenas e da Funai estavam entre os convidados da audiência presidida por Hélio José (C)

### Para Alvaro, decisão sobre libertação de Lula aumenta descrença nas instituições

Alvaro Dias (Pode-PR) classificou de sorradeira a decisão do desembargador Rogerio Favreto de conceder habeas corpus a Lula sob a alegação de que a pré-candidatura do ex-presidente era fato novo que justificava a sua libertação. Para o senador, a pré-candidatura é impossível, uma vez que, por ter sido condenado a 12 anos de prisão, Lula fica impedido de concorrer. Ao usar a toga para fazer militância política, Favreto faz aumentar entre os brasileiros a descrença nas instituições, disse Alvaro:

— Quem trabalha duro, paga impostos e vê a a corrupção se alargando, as autoridades preservando seus privilégios, não aceita mais essa realidade.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Lídice pede que Conselho Nacional de Justiça investigue ameaças a desembargador

Lídice da Mata (PSB-BA) pediu que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investigue quem ameaçou o desembargador Rogerio Favreto depois de sua decisão pela liberdade do ex-presidente Lula, em habeas corpus.

A senadora afirmou que a decisão de Favreto foi suspensa com a participação “indevida” de magistrados em férias. Para Lídice, isso reforça a tese de que parte do Judiciário tem agido de forma parcial, para impedir que Lula participe do processo eleitoral.

A senadora também denunciou o comprometimento do andamento de projetos de pesquisa devido a cortes nas verbas para ciência e tecnologia.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Humberto Costa critica ilegalidades envolvendo habeas corpus de Lula

O país ficou estarelecido com o “festival de ilegalidades” cometidas nas decisões judiciais envolvendo pedido de habeas corpus do ex-presidente Lula, afirmou ontem Humberto Costa (PT-PE). Segundo o senador, o descumprimento da decisão do desembargador Rogerio Favreto, pela libertação do ex-presidente, contou com a participação de integrantes do Poder Judiciário em férias, que usaram como argumento um conflito de competência inexistente.

— Temos a clareza total de que Lula é um preso político, que o objetivo da condenação é impedir que ele volte a ser presidente da República.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### “Foi uma chicana”, diz Ana Amélia sobre alvará de juiz para soltar ex-presidente

Ana Amélia (PP-RS) criticou a expedição do alvará de soltura do ex-presidente Lula, que, segundo ela, provocou abalo no equilíbrio entre os Poderes e disseminou a insegurança jurídica. Ela sublinhou que o desembargador Rogerio Favreto, ao ordenar a libertação de Lula, desrespeitou as instâncias superiores da Justiça, incluindo o Supremo Tribunal Federal, e sua decisão foi classificada como incabível pela presidente do STF, Cármen Lúcia, e pelo procurador-geral da República em exercício, Humberto Medeiros.

— O que nós vimos nesse domingo foi uma inversão de valores, uma manobra jurídica, uma chicana.



Waldemir Barreto/Agência Senado



# Projeto cria regras para proteger dados pessoais

Brasil está atrasado na regulamentação do sigilo de dados, cuja importância cresce com a ampliação do acesso da população à internet e da informatização da vida cotidiana

Aline Guedes

O BRASIL CHEGOU à era do Big Data e da rastreabilidade agressiva sem uma lei que proteja os dados pessoais de seus cidadãos. Instadas a se relacionar com um gigantesco sistema de armazenamento, classificação, transmissão e mesmo comercialização de dados, as pessoas estão vulneráveis. Seus hábitos, preferências de consumo, características étnicas, posições políticas, condições de saúde, orientação sexual, patrimônio, situação creditícia e muitos outros aspectos são observados, coletados e “tratados” para diversos usos, como estratégias de venda e de propaganda eleitoral.

Não muito tempo depois do escândalo da venda de dados de usuários do Facebook à empresa Cambridge Analytica, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), empresa ligada ao Ministério da Fazenda, foi acusado de comercializar dados pessoais

sob sua responsabilidade.

O Senado não só analisa o caso, como está para votar e enviar à sanção presidencial um projeto para disciplinar o relacionamento de responsáveis por bancos de dados com as pessoas físicas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 53/2018, do deputado Milton Monti (PR-SP), estabelece uma série de restrições para instituições privadas e públicas que armazenam dados de internautas, consumidores e usuários de serviços públicos.

Na semana passada, o projeto foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e seguiu para análise do Plenário em regime de urgência.

Para o relator na CAE, senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), a exposição dos cidadãos é um assunto tão urgente que ele preferiu apresentar um relatório ao PLC 53/2018 e arquivar propostas sobre o mesmo assunto com origem no Senado.

— O projeto votado na Câmara se aproximou muito do



Centro de dados do Google, Estados Unidos: a maior ferramenta de busca da internet armazena dados de todos os usuários

que queríamos aqui, por isso nossas emendas são apenas para aprimorar a técnica legislativa — explicou Ferraço.

## Internet

A exposição a que ele se referiu cresce com o acesso dos brasileiros à internet. Segundo o IBGE, 70,5% dos domicílios estavam conectados à rede em 2017. Em 92,7% das residências, pelo menos um morador possuía telefone celular, enquanto o telefone fixo era encontrado em apenas 32,1%.

Com o crescimento do acesso à rede via telefone celular — de 60,3% dos domicílios em 2016 e para 69% em 2017 —, cresce também a utilização do aparelho para compras e pagamentos, além de navegação pelas redes sociais. No caso dos pagamentos, os bancos preferem o celular ao computador de mesa. Logo o consumidor fica mais exposto ao fornecer CPF, telefone, endereço e outros dados pessoais, que podem ser usados de forma inadequada.

Em maio, entrou em vigor o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados na União Europeia. O documento estipula regras para empresas e órgãos públicos lidarem com os dados pessoais da população. Esses dados só devem ser tratados se a finalidade não puder ser atingida por outros meios. E, sempre que possível, é preferível utilizar dados anônimos.

Quem desrespeitar as regras pode pagar multas que vão de 10 milhões de euros (cerca de R\$ 43 milhões) até 20 milhões de euros (quase R\$ 86 milhões). No PLC, a multa prevista é de no máximo R\$ 50 milhões.

O ministro-conselheiro da embaixada da União Europeia no Brasil, Carlos Oliveira, res-



Para Ferraço, o projeto atende as necessidades de regulamentação

Edilson Rodrigues/Agência Senado

## O que são

### DADOS PESSOAIS

- Nome e apelido
- Endereço de residência
- Endereço eletrônico
- Número de um cartão de identificação
- Dados de localização (por exemplo, a função de dados de localização num celular)
- Endereço IP (protocolo de internet)
- Testemunhos de conexão (cookies)
- Identificador de publicidade do telefone
- Dados obtidos por um hospital ou médico, que permitam identificar uma pessoa de forma inequívoca

### DADOS NÃO PESSOAIS

- Número de registo de empresa
- Endereço eletrônico de empresa
- Dados anônimos

## Entenda o marco legal de proteção de dados

Estrutura	Distribuído em 10 capítulos, o PLC 53/2018 tem 65 artigos. O texto foi inspirado em linhas específicas da regulação europeia (RGPD), que entrou em vigor no dia 25 de maio deste ano
Hipóteses para o tratamento de dados	Com consentimento do titular
	Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo responsável pelo tratamento
	Pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas
	Para a realização de estudos por órgão de pesquisa, sem a individualização da pessoa
	Para a proteção da vida ou da integridade física do titular ou terceiro
	Para a tutela da saúde, com procedimento realizado por profissionais da área ou por entidades sanitárias
	Para execução de contrato ou procedimentos preliminares relacionados a um contrato
	Para pleitos em processos judicial, administrativo ou arbitral
Abrangência	Para a proteção do crédito, nos termos do Código de Defesa do Consumidor
	Quaisquer dados pessoais obtidos em qualquer tipo de suporte (papel, eletrônico, informático, som, imagem etc.)
Contratos de adesão	Quando o tratamento de dados pessoais for condição para o fornecimento de produto ou serviço, o titular deverá ser claramente informado
Dados sensíveis	O texto traz o conceito de dados sensíveis, que recebem tratamento diferenciado (origem racial ou étnica; convicções religiosas; opiniões políticas etc.)

## Saiba mais

Reforma de 2018 das regras de proteção de dados da UE  
<http://bit.ly/ProtecaoDadosUE>

PLC 53/2018  
<http://bit.ly/PLC53de2018>

Análise comparativa  
<http://bit.ly/dadosBrasilEuropa>

Veja todas as edições do Especial Cidadania em [www.senado.leg.br/especialcidadania](http://www.senado.leg.br/especialcidadania)